

HABEAS CORPUS Nº 493.668 - MG (2019/0044233-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - MG067417
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : D V DE M
PACIENTE : C D P DE S

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de D. V. DE M. e de C. D. P. DE S. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido nos autos da Apelação n.º 0219452-75.2018.8.21.7000.

Colhe-se nos autos que foi julgada procedente pelo Juízo da Infância e da Juventude representação ministerial promovida em face dos Pacientes, pela imputação de atos infracionais equiparados ao delito de roubo majorado, com **imposição de medida socioeducativa de internação**.

Irresignada, a Defesa interpôs recurso de apelação, ao qual foi negado provimento pela Corte local.

No presente *writ*, sustenta a Parte Impetrante que "*a análise da imprescindibilidade da privação de liberdade se faz pela avaliação de dados concretos, melhor obtidos pela prova dos autos e não apenas por conjecturas apostas acerca da gravidade do ato infracional*" (fl. 7).

Pede, em liminar e no mérito, o abrandamento da medida socioeducativa de internação (fl. 8).

É o breve relatório. Passo a decidir o pedido urgente.

Ausente o *fumus boni iuris* necessário à concessão do pedido liminar.

A medida socioeducativa de internação foi mantida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com base nos seguintes fundamentos:

"[...]"

O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, estabelece que a aplicação da medida de internação por prazo indeterminado somente é possível nos seguintes casos: quando se tratar de ato infracional praticado com grave ameaça ou violência contra a pessoa; houver o reiterado cometimento de outras infrações graves ou, ainda, haja o descumprimento reiterável e justificável de medida

anteriormente imposta.

De início, cabe destacar que o ato infracional cometido pelos menores é dotado de extrema gravidade, resultando em lesões corporais em duas das três vítimas de natureza grave.

In casu, colhe-se da Certidão de Antecedentes de um dos adolescentes (f. 44/45) que já foi aplicada a ele a medida de prestação de serviços à comunidade.

E, segundo a representação pela internação provisória dos menores às f. 23/26, ambos os adolescentes apresentam envolvimento com o narcotráfico."

Prima facie, a imposição de medida socioeducativa de internação foi pautada na prática de ato infracional equiparado ao delito de roubo majorado, o qual possui a violência ou grave ameaça como elementar do tipo, e se volta também contra a integridade física da pessoa, o que autoriza a medida nos termos do art. 122, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente. A propósito: HC 462.835/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/11/2018 (DJe 23/11/2018).

Outrossim, a Corte local manteve a medida socioeducativa excepcional diante das peculiaridades do caso concreto, vale ressaltar, o ato infracional análogo ao delito de roubo majorado, praticado em concurso de agentes e com emprego de faca, perpetrado contra três pessoas, resultou em fratura no joelho e corte na cabeça de uma das vítimas, bem como trauma no punho e escoriações em outra (fl. 208), circunstâncias que evidenciam a gravidade concreta do fato típico e ensejam a necessidade da medida de internação, ao menos neste juízo provisório.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas à Autoridade Impetrada, a serem instruídas com o andamento atualizado do feito e com a chave de acesso ao processo eletrônico.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora